

CAMINHOS DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Taís de Sousa Galdino Santana,
Universidade Federal do Acre, Brasil
tais.santana@sou.ufac.br

INTRODUÇÃO

A educação na sua construção histórica se consolidou como parte imprescindível para a formação e participação plena dos sujeitos na sociedade. Por um período significativo as pessoas com deficiência foram excluídas do processo social e educacional, não tendo seus direitos como cidadãos reconhecidos e garantidos por lei. Em cada contexto histórico essas pessoas foram vistas e tratadas de distintas formas, a princípio foram extintas, em outros momentos excluídas, segregadas, integradas e nos tempos atuais vivencia-se a busca pela efetivação da inclusão.

Mazzotta (2011) enfatiza que por muito tempo houve um sentido depreciativo e pessimista em volta das pessoas com deficiência, baseado em uma condição imutável que os rotulavam como incapacitados, inválidos e deficientes, no qual levou a omissão da sociedade em relação aos seus direitos, refletindo principalmente em seu processo educacional. O autor destaca que os primeiros movimentos para o reconhecimento e atendimento das necessidades educacionais das pessoas com deficiência aconteceram na Europa, e depois se estenderam para América do Norte, nos Estados Unidos e Canadá, e depois para os demais países como o Brasil.

A trajetória do surgimento de uma educação voltada a atender as necessidades específicas das pessoas com deficiência viabilizou um olhar a essas pessoas, não mais excluindo do convívio social, mas em um sentido de integração e inclusão, revolucionando a pedagogia a partir dos avanços da área médica, possibilitando a compreensão das razões que ocasionavam as deficiências e nas ciências da educação que permeavam o contexto educacional, possibilitando o estudo dos processos cognitivos de aprendizagem, que trouxe reflexões e grande contribuição para o processo educacional das pessoas que apresentavam necessidades específicas de aprendizagem.

Este estudo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento e tem por objetivo apresentar uma perspectiva histórica sobre a construção da Educação Especial e a concepção de inclusão educacional no Brasil. Para atingir esse objetivo, adotamos como

metodologia a abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica à luz de Mendes (2010), Mazzotta (2011), Jannuzzi (2012) e outros autores e em documentos orientadores e regulatórios como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/96 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL

O percurso histórico da Educação Especial no país tem os seus primeiros passos na época do Brasil Império, no final do século XIX, com o atendimento às pessoas com deficiência, tendo a criação de duas instituições, sendo elas o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 - atual Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos Mudos em 1857 – atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES. Conforme Jannuzzi (2012), o atendimento às pessoas com deficiência se configurou a princípio em duas vertentes, médica-pedagógica e psicopedagógica, as quais enfatizavam o diagnóstico e os aspectos psicológicos, em uma organização separada do processo educacional regular.

Mendes (2010) explica que a Proclamação da República Brasileira fez o país vivenciar em suas duas primeiras décadas do século XX um período de reestruturação. Os profissionais que estudavam na Europa retornaram ao Brasil com a intenção de modernizar o país, e sérias transformações político-sociais começaram a acontecer, refletindo assim no panorama da educação. Nesse período, o movimento escolanovista provindo da Europa ganhou grande proporção no Brasil, sendo um movimento inovador que buscava superar a estrutura tradicional, propondo novidades nas práticas educacionais, nas pesquisas científicas relacionadas à educação e à preocupação em reduzir as desigualdades sociais, renovando a abordagem educativa de acesso e participação de todos.

Vários estrangeiros adeptos à escola nova chegaram ao Brasil. Entre eles, Helena Antipoff, uma psicóloga russa que chegou ao país em 1929 e influenciou o panorama nacional de educação e foi a precursora da Educação Especial brasileira, organizando a educação primária na rede comum de ensino com classes homogêneas, possibilitando um

olhar mais educativo para os estudantes que eram considerados “excepcionais”¹. Foi também responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes especiais e escolas especiais, tendo criado a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, se expandindo por todo o país a partir de 1945 e participado ativamente da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (MENDES, 2010).

Muitos foram os percursos da Educação Especial no Brasil, apresentando distintas compreensões, terminologias e estruturas, tendo a princípio uma organização tradicional substitutiva ao ensino comum, com criação de escolas e classes especiais e instituições especializadas ocasionando a segregação dos alunos com deficiência.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traçou linhas mestras visando à democratização da educação brasileira, o que viabilizou a universalização do atendimento escolar, a busca pela erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino, assegurando a educação da pessoa com deficiência em igualdade de direito, porém a efetivação dessas garantias ainda enfrenta entraves na educação nacional.

Em anos seguintes, tivemos marcos históricos e normativos em âmbito mundial que influenciaram e fomentaram a política educacional brasileira em relação aos alunos público-alvo da Educação Especial, entre eles a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (1999) que instigaram a formulação das políticas públicas da educação na perspectiva inclusiva.

Sendo reconhecidas as práticas discriminatórias que por tempos existiram nos sistemas de ensino brasileiros e as dificuldades enfrentadas para que todos tivessem acesso à educação e ao ensino regular, a educação inclusiva assumiu papel fundamental para superar a lógica da exclusão.

A educação inclusiva faz parte de um movimento mundial de ação social, política, cultural e pedagógica fundamentado na concepção de direitos humanos, constituindo um paradigma educacional em defesa de todas as pessoas terem acesso à educação, aprendendo e participando sem distinção e sem discriminação, com a plena participação de todos, respeitando suas reais necessidades (BRASIL, 2008).

¹ Termo adotado por Helena Antipoff na época para designar os alunos com deficiências, os que se encontravam em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados, sendo adotado essa terminologia na primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Brasileira de 1961, Nº 4.024/61.

Em 2008, o Brasil implementou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que se constituiu através das lutas sociais e dos avanços dos conhecimentos no âmbito internacional e nacional. Esta política visa à educação de qualidade para todos os alunos, através de políticas públicas que promovam essa ação nos sistemas educacionais brasileiros. A proposta de sistemas educacionais inclusivos propôs quebras de paradigmas educacionais, gerando mudanças culturais, pedagógicas e estruturais das escolas, no sentido de que sejam atendidas e consideradas todas as especificidades dos estudantes com ou sem deficiência.

Temos assim, a concepção de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva na rede regular de ensino, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, no qual estão inseridos como público-alvo os estudantes com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – tendo assim seus plenos direitos garantidos por lei para igualdade de condições de acesso, participação e permanência na escola, conforme normatiza a Constituição Federal (1988) e regulamenta a LDBN nº 9394/96. Um dos maiores desafios atualmente do sistema educacional brasileiro é a efetivação dessas garantias.

CONCLUSÃO

A Educação Especial, em seu percurso histórico, apresenta uma trajetória de muitas lutas, resistência e persistência. Várias iniciativas fizeram a diferença nesse percurso com propostas de compreender, respeitar, integrar e incluir as pessoas com deficiência na sociedade e no processo educacional, respeitando as suas particularidades, reconhecendo suas potencialidades e oferecendo uma educação que atenda suas necessidades.

A proposta de Educação Especial inclusiva exigiu a reformulação de novas bases teóricas e práticas dentro dos estabelecimentos de ensino, tendo como pressuposto o reconhecimento dos vários tipos de aprendizagem, formas de expressão e socialização, trazendo assim uma perspectiva pluralista, propondo que sejam retiradas as limitações que os padrões hegemônicos da educação impuseram em sua constituição. É necessário constantemente repensar as práticas educativas para que a educação aconteça em uma abordagem realmente inclusiva, conforme prevê a legislação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

JANNUZZI, G. M.. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E. G.. **Breve histórico da educação especial no Brasil**. In: Revista Educación y Pedagogía. vol. 22, núm. 57, mayo-agosto, 2010.